

A. I. Nº - 232185.0023/20-6
AUTUADO - KASMED IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
AUTUANTE - MARCOS GOMES LOPES
ORIGEM - INFAZ SERTÃO PRODUTIVO
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 17/03/2021

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0010-04/21-VD

EMENTA: ICMS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. OPERAÇÕES INTERNAS. RECOLHIMENTO A MENOS. A retenção do ICMS-ST deve observar o MVA indicado no ANEXO I DO RICMS. Infração subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração objeto deste relatório, foi lavrado em 23/06/2020, e se refere à cobrança de ICMS no valor de R\$144.074,02, bem como aplicação de multa no percentual de 60%, pela constatação da seguinte infração:

Infração 01 - 07.02.02 – *“Reteve e recolheu a menor o ICMS, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às operações internas subsequentes, nas vendas realizadas para contribuintes localizados neste Estado”*. Referente ao período de outubro de 2017 a março de 2019.

Constata-se que tempestivamente a Autuada apresentou impugnação ao lançamento através dos documentos constantes às fls. 20 a 23, quando apresentou o arrazoadado de defesa relatado a seguir.

A defesa inicia a peça defensiva esclarecendo *“que o inobservou a existência de o procedimento equivocado e, que, diga-se de passagem que, no caso em espécie poderá causar o fechamento de uma empresa, colocando famílias “à deriva” no mercado, tendo em vista quer seria difícil sua reparação em caso de não ser procedente a Defesa Recursal ora apresentada”*.

Afirmou estar *“mais que comprovado que a Recorrente em momento algum apurou o ICMS devido de forma equivocada, como Informado na descrição da infração”*.

Pontuou que *“com uma verificação um pouco mais detalhada, constata-se que o autuante quando de seu trabalho, de forma indevida, considerou que os recolhimentos foram feitos a menor do ICMS”*.

Rematou que *“Importante salientar que o Nobre fiscal observou o convenio 76/94 e convenio 47/05 que alterou as MVA dos estados que fazem parte do convenio, onde o Estado da Bahia estar no mesmo convenio abaixo, tanto que depois que o Convenio foi extinto aplicado pelo Nobre Fiscal”*.

Ao final requereu o julgamento pela insubsistência do auto de n. 2321850023/20-6, tornando-o nulo de pleno direito.

A informação fiscal consta da fl. 27, quando repetiu os argumentos defensivos, reproduziu a acusação fiscal e afirmou que a Impugnante não elidiu a acusação fiscal.

É o relatório.

VOTO

Preliminarmente, verifico que o presente lançamento de crédito tributário está revestido das formalidades legais exigidas pelo RPAF/99, tendo sido a infração, a multa e suas respectivas bases legais, evidenciadas de acordo com a infração imputada, e demonstrativos detalhados do débito, com indicação clara do nome, do endereço e da qualificação fiscal do sujeito passivo.

A infração imputada, diz respeito a ter a Impugnante retido e recolhido a menos o ICMS devido à título de substituição tributária, em suas operações internas, relativas às mercadorias constantes

no ANEXO I do RICMS/2012, identificadas no ITEM 9.11, CEST 13.011.00, NCM 3005, DISCRIMINADAS COMO “*Algodão, atadura, esparadrapo, gazes, pensos, sinapismos, e outros, acondicionados para venda a retalho para usos medicinais, cirúrgicos ou dentários, não impregnados ou recobertos de substâncias farmacêuticas*” – cujo MVA está indicado como 41,38%.

Conforme é possível constatar do demonstrativo de memória de cálculo do Autuante, fls. 4 a 14, a Impugnante vinha utilizando para o cálculo do ICMS-ST a MVA de 27,24%.

Verifico que os cálculos que fundamentam a exigência fiscal estão postos de maneira clara nos demonstrativos indicados acima, de modo que não implicaram em cerceamento de defesa, enquanto que a MVA utilizada pelo Autuante está correta, posto que no percentual de 41,38%.

A defesa apresentada é genérica e não aponta qualquer equívoco nas planilhas de cálculo que sustentam a exação fiscal em tela.

Destarte, voto pela PROCEDÊNCIA do presente Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **232185.0023/20-6**, lavrado contra a empresa **KASMED IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado, para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$144.074,02**, acrescido da multa de 60%, prevista no Artigo 42, inciso II, alínea “e” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 29 de janeiro de 2021.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA - PRESIDENTE

ARIVALDO LEMOS DE SANTANA – RELATOR

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS - JULGADOR